



GT 02 | Compreendendo as Conexões e Interfaces do Direito à Cidade com a Justiça Climática e o Racismo Ambiental

BANHEIRO DE MADEIRA NÃO É SINÔNIMO DE PRECARIIDADE: ENFRENTANDO O RACISMO AMBIENTAL A PARTIR DA BACIA DE EVAPOTRANSPIRAÇÃO NA TERRA FIRME (BELÉM-PA)

Giovanna Da Silva Aires ¹
Myrian Silvana da Silva Cardoso Ataíde dos Santos²
Grazielle Farias de Souza³
Mirlany dos Santos Paiva⁴
Manoel Soracio Nunes⁵
Iago Aquino Duarte⁶
Rodenilson dos Santos Forte⁷
Eduardo Amorim Falcão⁸

1 INTRODUÇÃO

¹ Engenheira Sanitarista e Ambiental, mestranda na UFPA, membra do Grupo do observatório nacional de práticas de acesso à justiça, eng.giovannaaires@gmail.com.

² Professora/Pesquisadora UFPA - PPGDDA/ICJ, ITEC/FAESA e CRF/PROAD arquiteta e urbanista Doutora em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental. Mestre em Engenharia Civil e Especialista em Planejamento e Gestão Governamental Coordenadora da Rede Amazônia, Prjeto Meu Endereço e Clínica de Direito à Cidade. Myrian@ufpa.br

³ Graduando em Engenharia Sanitária e Ambiental, UFPA, Membro do projeto de extensão: Periferia em Curso, grazielle.souza@itec.ufpa.br.

⁴ Graduanda em engenharia sanitária e ambiental, UFPA, Membro do projeto de extensão: Periferia em Curso, Mirlany.paiva@itec.ufpa.br

⁵ Graduando em engenharia sanitária e ambiental, UFPA, Membro do projeto de extensão: Periferia em Curso, soracionunes09@gmail.com.

⁶ Graduando em engenharia sanitária e ambiental, UFPA, Membro do projeto de extensão: Periferia em Curso, iagoaquinoduarte0308@gmail.com.

⁷ Graduando em Engenharia Sanitária e Ambiental, UFPA, Membro do projeto de extensão: Periferia em Curso, rodenilsonfortte@gmail.com.

⁸ Graduando em Arquitetura e Urbanismo, UFPA, Assistente de Meio Ambiente na Secretaria de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade e membro do projeto de extensão periferia em curso, amorim.edudu@gmail.com.

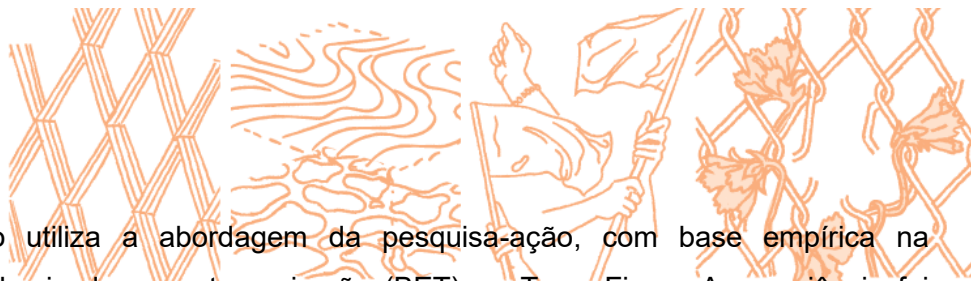


O bairro da Terra Firme, localizado em Belém do Pará, é historicamente caracterizado por uma ocupação marcada por processos de favelização em áreas alagadas ou alagáveis, nas margens do Igarapé Tucunduba, um dos principais afluentes do rio Guamá. A topografia do território — composta por baixadas, cotas altimétricas entre 2 e 6 metros e forte influência das chuvas e marés — condicionou uma ocupação forçada por populações que não tiveram alternativa de acesso à terra formal (FERREIRA, 2021; ESTUDO DE CASO, 2014). A construção de moradias de madeira e em palafitas passou a ser a solução encontrada frente à ausência do Estado, sobretudo em áreas inundáveis próximas ao canal, o que levou à consolidação de um estigma urbanístico e sanitário sobre tais construções, associadas à precariedade, insalubridade e marginalidade.

A literatura especializada identifica a Terra Firme como exemplar de uma “tipologia de favela em baixadas” (RODRIGUES, 1996), revelando como as características morfológicas do terreno, combinadas à negligência institucional, produziram uma urbanização profundamente desigual e marcada pelo racismo ambiental. A ausência de políticas públicas adequadas e a invisibilidade estatística sobre o número de construções em madeira revelam como esses territórios permanecem fora do radar do planejamento urbano, sendo, ao mesmo tempo, alvo de criminalização estética e funcional.

Neste trabalho, parte-se da experiência concreta desenvolvida no âmbito do projeto de extensão universitária "Periferia em Curso", por meio da autoconstrução de uma bacia de evapotranspiração no bairro, para tensionar os imaginários urbanos que associam materiais como a madeira à precariedade, ignorando sua adaptabilidade climática e seu potencial ecológico. O objetivo é analisar criticamente essa experiência de saneamento ecológico na periferia urbana de Belém (PA), problematizando as expressões do racismo ambiental associadas a materiais e estéticas populares — como banheiros construídos em madeira — e refletindo sobre como práticas localizadas de engenharia sanitária podem tensionar lógicas excludentes do urbanismo tradicional. Ao participar diretamente dessa prática, mas posicionar-se criticamente a partir da observação externa, busca-se compreender como soluções populares — quando embasadas técnica e socialmente — podem enfrentar não apenas os impactos da crise climática, mas também os discursos que desqualificam os modos de vida periféricos.

METODOLOGIA



Este trabalho utiliza a abordagem da pesquisa-ação, com base empírica na construção de uma bacia de evapotranspiração (BET) na Terra Firme. A experiência foi realizada com oficinas formativas, mapeamento, planejamento técnico e execução colaborativa entre moradores, profissionais e instituições de ensino. Foram utilizados registros fotográficos, anotações, reuniões com a equipe técnica e análise de materiais bibliográficos e institucionais relacionados à realidade urbana da Terra Firme e aos temas de racismo ambiental e justiça climática.

ANÁLISE DO CASO: RACISMO AMBIENTAL, MATERIALIDADE E DISPUTA SIMBÓLICA NA TERRA FIRME

A construção da BET representa mais do que uma solução técnica de saneamento ecológico. Ela se insere em um território historicamente marcado por processos de exclusão urbana, onde a precariedade habitacional é frequentemente associada à presença de casas de madeira, palafitas e construções adaptadas às condições alagadiças (FERREIRA, 2021; RODRIGUES, 1996). Essa percepção, enraizada em discursos que associam a madeira à precariedade, evidencia o racismo ambiental e urbano, conforme discutido por autores como Marcelo Lopes de Souza (2007), ao problematizar a criminalização de modos de vida e de ocupação populares.

A experiência teve início com oficinas de formação voltadas à apresentação e discussão das Soluções Baseadas na Natureza (SbN) — conceito ainda pouco difundido nos territórios periféricos —, e evoluiu para a escolha coletiva da BET como tecnologia social a ser implantada. A construção foi realizada em regime de autoconstrução assistida, com forte participação da comunidade. Muitos moradores expressaram entusiasmo e interesse em replicar a experiência em suas casas, o que reforça o potencial multiplicador da iniciativa.

A escolha da madeira como material estrutural para o banheiro da BET gerou reações que revelam o estigma social ainda associado à sua utilização. Conforme argumenta Lefebvre (2001), o direito à cidade não é apenas o acesso ao espaço urbano, mas também o reconhecimento dos modos de produção desse espaço — o que inclui materiais, técnicas e saberes historicamente marginalizados. A disputa simbólica em torno da madeira reflete uma hierarquia urbana e estética que legitima determinadas construções enquanto desqualifica outras, mesmo quando estas são ambientalmente mais sustentáveis e adaptadas ao território.



Outro aspecto simbólico e funcional importante foi a incorporação da vegetação local — especialmente a bananeira — ao sistema de evapotranspiração. Em vez de ser removida, como normalmente exigem os padrões urbanísticos excludentes, a planta foi integrada como parte essencial do processo de absorção dos efluentes. Essa reconciliação entre natureza e técnica está em consonância com os princípios da Nova Agenda Urbana (UN-HABITAT, 2016), que propõe cidades ecologicamente integradas e socialmente inclusivas.

Estudos anteriores sobre a Terra Firme frequentemente destacam o bairro como exemplo de "tipologia de favela em baixadas", enfatizando seus déficits estruturais (ESTUDO DE CASO, 2014), mas ignorando práticas cotidianas de resistência e inovação. A experiência da BET demonstra que tecnologias sociais produzidas na periferia podem — e devem — ser consideradas referências legítimas para políticas de saneamento, especialmente no contexto das mudanças climáticas. Como afirma Harvey (2014), a luta pelo direito à cidade é inseparável da disputa por recursos, reconhecimento e reparação histórica.

3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da bacia de evapotranspiração na Terra Firme, articulada por meio de oficinas, planejamento participativo e autoconstrução assistida, revela o potencial transformador das tecnologias sociais quando reconhecidas como parte legítima da produção urbana. Em um contexto marcado pelo estigma da precariedade e pela marginalização dos saberes periféricos, a experiência analisada tensiona as narrativas hegemônicas e propõe uma reconceitualização do saneamento como prática ecológica, cultural e política.

A opção pela madeira, o uso da vegetação local e o envolvimento comunitário demonstram que soluções periféricas são compatíveis com os compromissos internacionais — como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015) e o Acordo de Paris —, mas seguem invisibilizadas pelas políticas públicas formais. Isso reforça a crítica de Lefebvre (2001) e Harvey (2014), para quem o urbano é um campo de disputa, onde a justiça espacial deve ser construída a partir da base, com protagonismo popular.

Revisitar os instrumentos urbanísticos e ambientais a partir dessas experiências é fundamental para enfrentar o racismo ambiental e fortalecer a justiça climática. Ao valorizar as práticas já existentes nas margens da cidade — e não apenas impor modelos exógenos —, o poder público pode transformar a cidade em um espaço verdadeiramente democrático,



sensível às vulnerabilidades e capaz de reconhecer a diversidade de formas de habitar, construir e cuidar.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, M. S. O bairro da Terra Firme no contexto da urbanização e periferização na Região Metropolitana de Belém (RMB)-Pará. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 13, n. 4, 2021. Disponível em:

<https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/download/1622/1390/3466>.

Acesso em: 6 jul. 2025.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

RODRIGUES, I. C. P. *Tipologia de favelas e urbanização de baixadas: o caso da Terra Firme em Belém do Pará*. In: Anais do Congresso Internacional de Estudos Urbanos Regionais. 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Foucault, a geografia e a crítica da racionalidade territorial: reflexões sobre a constituição do “território normal” e a criminalização das práticas espaciais populares*. In: Anais do XVI Encontro Nacional da ANPUR, 2007.

UN-HABITAT. *Nova Agenda Urbana*. Quito, 2016. Disponível em: <https://habitat3.org/the-new-urban-agenda>. Acesso em: 6 jul. 2025.